

Demonstrações Financeiras

Junho

2018

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

O primeiro semestre de 2018 foi marcado no Brasil pela não aprovação da reforma da previdência como era a expectativa do governo e pela paralização dos caminhoneiros por 11 dias no final do mês de maio. A greve dos caminhoneiros em conjunto com as incertezas eleitorais contribuíram para a redução das perspectivas de crescimento e retomada da economia para este ano.

Após um primeiro trimestre onde os indicadores mostravam que a economia continuava em trajetória de recuperação, a paralização das estradas impactou negativamente os indicadores econômicos do segundo trimestre. Do ponto de vista da atividade econômica e segundo o Relatório Focus, a expectativa de crescimento do PIB de 2018 caiu de 2,84% para algo em torno de 1,5% ao longo do primeiro semestre do ano, para 2019 a expectativa de crescimento está em 2,5%. Com relação à inflação, o IPCA acumulou alta de 4,39% nos 12 meses anteriores ao fechamento do segundo trimestre, ainda abaixo do teto da meta (4,5%), o IPCA de junho contribuiu para essa convergência em função da greve dos caminhoneiros. Diante da forte alta do dólar no segundo trimestre e da incerteza em relação ao aumento dos juros nos Estados Unidos, o Comitê de Política Monetária interrompeu o ciclo de queda da Selic em maio, mantendo a taxa em 6,5%.

No cenário global a economia americana continua mostrando sinais de recuperação, por isso, o Banco Central Americano (FED) elevou a taxa de juros em 0,25% duas vezes ao longo do primeiro semestre para 2,00%. A alta de juros, em conjunto com a intensificação da guerra comercial entre Estados Unidos e China, gerou forte desvalorização das moedas de países emergentes ao longo do primeiro semestre. Na Europa, a economia continua em desaceleração no nível de atividade e pequena alta na inflação. Por fim, a economia chinesa mostra crescimento sustentável, mas ligeira desaceleração no ritmo, em contrapartida a guerra comercial, o governo Chinês tem tomado algumas medidas para aumentar a liquidez na economia.

Apesar do cenário mais incerto, seguimos confiantes na retomada da economia brasileira e com a atuação da equipe econômica, que mesmo frente às incertezas políticas, tem conseguido entregar resultados positivos e contribuindo para a manutenção da confiança dos agentes.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o primeiro semestre de 2018 com R\$ 3.830.768 mil em ativos, aumento de 10% em relação ao apresentado no primeiro semestre de 2017 e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 29% atingindo R\$ 1.688.011 mil. Além disso, encerrou o semestre com lucro de R\$ 142.681 mil, revertendo o prejuízo de R\$ 53.811 reportado em dezembro de 2017.

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, através de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A Administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta do Grupo Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais)

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos em conservação e restauração do meio ambiente. E também depende do relacionamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, o Grupo Cargill investe em um relacionamento maduro e perene com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução do Grupo Cargill, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

A Administração

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.572.466	3.139.034
Disponibilidades	4	22.008	94.115
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	166.711	34.899
Aplicações no mercado aberto		166.711	34.899
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		403.487	321.594
Carteira própria	6a	124.603	206.362
Vinculados a compromisso de recompra	6a	4.508	–
Vinculados à prestação de garantias	6a	73.019	81.315
Instrumentos financeiros derivativos	6b	201.357	33.917
Operações de crédito		635.660	686.556
Operações de crédito - setor privado	7a	681.681	738.577
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(46.021)	(52.021)
Outros créditos		2.342.114	1.998.961
Carteira de câmbio	8	2.320.653	1.975.019
Negociação e intermediação de valores	6b	961	–
Diversos	9	36.158	48.397
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(15.658)	(24.455)
Outros valores e bens		2.486	2.909
Despesas antecipadas		2.486	2.909
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		257.964	333.340
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		55.285	110.884
Instrumentos financeiros derivativos	6b	55.285	110.884
Relações interfinanceiras		112	754
Créditos vinculados - Banco Central		112	754
Operações de crédito		146.543	168.693
Operações de crédito - setor privado	7a	171.636	200.934
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(25.093)	(32.241)
Outros créditos		55.504	50.339
Diversos	9	55.504	50.339
Outros valores e bens		520	2.670
Despesas antecipadas		520	2.670
PERMANENTE		338	419
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	224	305
Outras imobilizações de uso		537	661
Depreciação acumulada		(313)	(356)
Intangível		113	113
Ativos intangíveis		113	113
TOTAL DO ATIVO		3.830.768	3.472.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		<u>2.894.027</u>	<u>2.498.872</u>
Depósitos	11	<u>69.480</u>	<u>119.973</u>
Depósitos à vista		634	6.377
Depósitos a prazo		68.846	113.596
Obrigações por operações compromissadas	12	<u>4.501</u>	<u>—</u>
Carteira própria		4.501	—
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	<u>194.722</u>	<u>265.532</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		194.722	265.532
Relações interdependências	23a	<u>3.575</u>	<u>79.709</u>
Recursos em trânsito de terceiros		3.575	79.709
Obrigações por empréstimos	14	<u>964.797</u>	<u>1.473.998</u>
Empréstimos no exterior		964.797	1.473.998
Obrigações por repasses do exterior	15	<u>80.021</u>	<u>1.441</u>
Repasses do exterior		80.021	1.441
Instrumentos financeiros derivativos	6b	<u>136.035</u>	<u>32.108</u>
Instrumentos financeiros derivativos		136.035	32.108
Outras obrigações		<u>1.440.896</u>	<u>526.111</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4	58
Carteira de câmbio	8	1.426.525	496.230
Fiscais e previdenciárias	17a	13.707	27.430
Negociação e intermediação de valores	6b	—	687
Diversas	17b	660	1.706
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>408.489</u>	<u>500.960</u>
Obrigações por repasses do exterior	15	<u>327.743</u>	<u>363.902</u>
Repasses do exterior		327.743	363.902
Instrumentos financeiros derivativos	6b	<u>53.588</u>	<u>109.373</u>
Instrumentos financeiros derivativos		53.588	109.373
Outras obrigações		<u>27.158</u>	<u>27.685</u>
Diversas	17b	27.158	27.158
Fiscais e previdenciárias	17a	—	527
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>528.252</u>	<u>472.961</u>
Capital social	19a	<u>528.182</u>	<u>442.409</u>
De domiciliados no país		346.835	346.835
Reservas de lucros		181.347	95.574
Ajustes de avaliação patrimonial		70	1.137
Lucros acumulados		<u>—</u>	<u>29.415</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>3.830.768</u>	<u>3.472.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		392.246	177.094
Operações de crédito	21a	115.810	66.642
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21b	11.727	35.477
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21c	157.781	(19.402)
Resultado de operações de câmbio	21f	106.928	94.377
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(51.983)	(84.938)
Operações de captação no mercado	21d	(17.215)	(37.582)
Operações de empréstimos e repasses	21e	(211.663)	(71.523)
Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	7f	176.895	24.167
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		340.263	92.156
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(88.560)	(29.813)
Receitas de prestação de serviços		2	2
Despesas de pessoal	21g	(1.846)	(2.456)
Outras despesas administrativas	21h	(4.111)	(5.482)
Despesas tributárias	21i	(3.786)	(8.559)
Outras receitas operacionais	21j	43	25
Outras despesas operacionais	21k	(78.862)	(13.343)
RESULTADO OPERACIONAL		251.703	62.343
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		251.703	62.343
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	(109.022)	(29.831)
Provisão para imposto de renda		(8.683)	(6.939)
Provisão para contribuição social		(6.960)	(5.501)
Ativo fiscal diferido		(93.379)	(17.391)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		142.681	32.512
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		346.834.964	346.834.964
LUCRO POR AÇÃO NO SEMESTRE - R\$ 1,00		0,41	0,09

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)	321.380	25.455	11.466	84.108	582	(3.097)	439.894
Aumento de capital	25.455	(25.455)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	555	-	555
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	32.512	32.512
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	346.835	-	11.466	84.108	1.137	29.415	472.961
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	346.835	-	11.466	84.108	793	(56.908)	386.294
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(723)	-	(723)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	142.681	142.681
Destinações:							
Reservas	-	-	7.134	78.639	-	(85.773)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	346.835	-	18.600	162.747	70	-	528.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.800	(329.224)
Lucro líquido ajustado	74.845	38.211
Lucro do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	251.703	62.343
(Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(176.895)	(24.167)
Depreciação	37	35
Variação de ativos e obrigações	(45.045)	(367.435)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(22.703)	283.103
Redução de operações de crédito	336.704	265.326
(Aumento) de outros créditos	(746.087)	(53.452)
Redução de outros valores e bens	1.359	1.469
Aumento (Redução) de depósitos	4.173	(477.000)
Aumento (Redução) de operações compromissadas	4.501	(2.502)
(Redução) de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(477.497)	(304.760)
(Redução) Aumento de relações interfinanceiras e interdependências	(4.273)	76.943
(Redução) de obrigações por empréstimos	(98.941)	(23.024)
Aumento (Redução) de obrigações por repasses	36.331	(85.497)
Aumento (Redução) de instrumentos financeiros derivativos	27.105	(116.811)
Aumento de outras obrigações	929.468	80.551
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.185)	(11.781)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	(138)
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	-	(138)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.800	(329.362)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	158.919	458.376
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	188.719	129.014
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.800	(329.362)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 28 de agosto de 2018.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades	22.008	94.115
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	166.711	34.899
Total de caixa e equivalentes de caixa	188.719	129.014

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Papel/vencimento	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	166.711	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	34.899
Total	166.711	34.899

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2018 e de 2017, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2018					
	Valor de mercado					Ajuste a mercado
	Sem vencimento	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	
Carteira própria						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	64.377	60.021	124.398	124.399	(1)
Ações de companhias abertas	205	-	-	205	10	195
	205	64.377	60.021	124.603	124.409	194
Vinculados a compromisso de recompra						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.508	-	4.508	4.512	(4)
Vinculados à prestação de garantias						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	73.019	-	73.019	73.082	(63)
	205	141.904	60.021	202.130	202.003	127

Papel/vencimento	2017					
	Valor de mercado					Ajuste a mercado
	Sem vencimento	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	
Carteira própria						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	145.103	61.061	206.164	204.729	1.435
Ações de companhias abertas	198	-	-	198	10	188
	198	145.103	61.061	206.362	204.739	1.623
Vinculados à prestação de garantias						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.466	79.849	81.315	80.871	444
	198	146.569	140.910	287.677	285.610	2.067

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 127 (ganho de R\$ 2.067 em 2017), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 70 de ganho (ganho de R\$ 1.137 em 2017), líquidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, libor, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) **Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado**

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) **Portfólio de derivativos**• **Instrumentos financeiros derivativos por vencimento**

	2018				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	18.715	–	18.860	–	37.575
Contratos a termo	37.322	18.612	101.854	55.285	213.073
Outros derivativos	789	–	5.205	–	5.994
	<u>56.826</u>	<u>18.612</u>	<u>125.919</u>	<u>55.285</u>	<u>256.642</u>
Posição passiva:					
Swap	18.715	–	18.783	–	37.498
Contratos a termo	16.800	18.880	62.857	53.588	152.125
	<u>35.515</u>	<u>18.880</u>	<u>81.640</u>	<u>53.588</u>	<u>189.623</u>

	2017			
	Valor de Mercado			
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:				
Swap	4.717	7.130	10.481	22.328
Contratos a termo	<u>7.534</u>	<u>14.536</u>	<u>100.403</u>	<u>122.473</u>
	<u>12.251</u>	<u>21.666</u>	<u>110.884</u>	<u>144.801</u>
Posição passiva:				
Swap	4.717	7.057	9.935	21.709
Contratos a termo	3.299	16.875	99.438	119.612
Outros derivativos	–	160	–	160
	<u>8.016</u>	<u>24.092</u>	<u>109.373</u>	<u>141.481</u>

• **Contratos de Swap**

Indexador	2018					
	Valor de mercado					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	Ganho (Perda)
Dólar x CDI	95.156	121.056	102.613	18.443	18.011	432
CDI x Dólar	95.156	102.613	121.056	(18.443)	(18.011)	(432)
Libor x CDI	97.741	118.079	99.491	18.588	17.187	1.401
CDI x Libor	<u>97.741</u>	<u>99.567</u>	<u>118.078</u>	<u>(18.511)</u>	<u>(17.171)</u>	<u>(1.340)</u>
	<u>385.794</u>	<u>441.315</u>	<u>441.238</u>	<u>77</u>	<u>16</u>	<u>61</u>

Indexador	2017					
	Valor de mercado					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	Ganho (Perda)
Dólar x CDI	232.653	250.537	250.658	(121)	(589)	468
CDI x Dólar	232.653	250.658	250.537	121	589	(468)
Libor x CDI	206.756	222.162	218.270	3.892	(417)	4.309
CDI x Libor	<u>206.756</u>	<u>218.889</u>	<u>222.162</u>	<u>(3.273)</u>	<u>549</u>	<u>(3.822)</u>
	<u>878.818</u>	<u>942.246</u>	<u>941.627</u>	<u>619</u>	<u>132</u>	<u>487</u>

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	2018				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	2.010.615	130.385	81.688	48.697	79.044
Venda - Dólar	1.007.901	82.688	70.437	12.251	(8.087)
	<u>3.018.516</u>	<u>213.073</u>	<u>152.125</u>	<u>60.948</u>	<u>70.957</u>

Tipo	2017				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.451.694	9.897	110.781	(100.884)	(77.111)
Venda - Dólar	997.625	112.576	8.831	103.745	83.381
	<u>2.449.319</u>	<u>122.473</u>	<u>119.612</u>	<u>2.861</u>	<u>6.270</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos futuros**

Tipo	2018				
	Valor de Referência				Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	420.211	207.106	227.255	213.769	1.068.341
Cupom cambial:					
Compra DDI	210.063	-	-	-	210.063
Venda DDI	-	-	56.235	-	56.235
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	90.324	-	-	-	90.324
Venda DOL	15.423	-	-	-	15.423
	<u>736.021</u>	<u>207.106</u>	<u>283.490</u>	<u>213.769</u>	<u>1.440.386</u>

Tipo	2017				
	Valor de Referência				Total
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	-	4.469	4.469
Venda DI1	353.838	157.318	347.520	337.623	1.196.299
Cupom cambial:					
Compra DDI	41.211	-	-	-	41.211
Venda DDI	-	-	113.736	-	113.736
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	214.335	-	-	-	214.335
	<u>609.384</u>	<u>157.318</u>	<u>461.256</u>	<u>342.092</u>	<u>1.570.050</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 30 de junho de 2018 é de R\$ 961 (ajuste a pagar de R\$ 687 em 2017), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• **Outros derivativos**

Tipo	2018			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de Curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	1.147.890	5.994	5.994	68.112

Tipo	2017			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de Curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	492.840	(160)	(160)	2.763

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

(a) Por tipo de operação

Descrição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	831.703	49,27	1.447.033	60,63
Financiamentos à exportação	850.337	50,37	857.034	35,91
Empréstimos	2.980	0,18	82.477	3,46
Outros	2.991	0,18	—	—
	<u>1.688.011</u>	<u>100,00</u>	<u>2.386.544</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	681.681	40,38	738.577	30,95
Operações de crédito - Longo prazo	171.636	10,17	200.934	8,42
Carteira de câmbio - Circulante	831.703	49,27	1.447.033	60,63
Outros Créditos - Circulante	2.991	0,18	—	—

(b) Por vencimento

Descrição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	77.525	4,59	65.008	2,72
A vencer até 3 meses	261.603	15,50	472.673	19,81
A vencer de 3 a 12 meses	1.177.246	69,74	1.647.929	69,05
A vencer de 1 a 3 anos	144.540	8,56	171.587	7,19
A vencer de 3 a 5 anos	27.097	1,61	29.347	1,23
	<u>1.688.011</u>	<u>100,00</u>	<u>2.386.544</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	970.458	57,49	1.097.627	45,99
Indústria	241.798	14,32	476.814	19,98
Comércio	369.968	21,92	262.047	10,98
Outros serviços	105.787	6,27	550.056	23,05
	<u>1.688.011</u>	<u>100,00</u>	<u>2.386.544</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 30 de junho de 2018 e de 2017 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2018	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	899.364	—
Operações de crédito - Empréstimos	69.010	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	953.069
Repasse do exterior	—	78.111
CDB - Vinculado	—	67.765
	<u>968.374</u>	<u>1.098.945</u>

Descrição	2017	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.411.814	—
Operações de crédito - Empréstimos	14.304	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	1.441.680
CDB - Vinculado	—	13.985
	<u>1.426.118</u>	<u>1.455.665</u>

(Em milhares de reais - R\$)

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2018				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	638.667	–	638.667	37,84	–
A	733.816	–	733.816	43,47	3.669
B	151.124	9.961	161.085	9,54	1.611
D	–	3.401	3.401	0,20	340
E	23.318	–	23.318	1,38	6.996
F	24.158	52.094	76.252	4,52	38.126
G	39.403	12.069	51.472	3,05	36.030
	<u>1.610.486</u>	<u>77.525</u>	<u>1.688.011</u>	<u>100,00</u>	<u>86.772</u>

Nível	2017				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.228.004	–	1.228.004	51,46	–
A	744.927	–	744.927	31,21	3.725
B	2.636	15.101	17.737	0,75	177
C	37.192	38.797	75.989	3,18	2.280
D	67.844	3.489	71.333	2,99	7.133
E	149.148	4.888	154.036	6,45	46.211
F	90.655	–	90.655	3,80	45.328
H	1.130	2.733	3.863	0,16	3.863
	<u>2.321.536</u>	<u>65.008</u>	<u>2.386.544</u>	<u>100,00</u>	<u>108.717</u>

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2018	2017
Saldo inicial	280.132	148.236
Constituição	1.726	7.680
Reversão	(178.621)	(31.847)
Baixa para prejuízo	<u>(16.465)</u>	<u>(15.352)</u>
Saldo final	<u>86.772</u>	<u>108.717</u>
Operações de crédito - Circulante	46.021	52.021
Operações de crédito - Longo prazo	25.093	32.241
Outros créditos - Circulante	15.658	24.455

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foram recuperados R\$ 15.685 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 74 em 2017), e renegociados créditos no montante de R\$ 9.905 (R\$ 15.685 em 2017).

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco Cargill S.A. efetuou cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios para parte relacionada. O valor da transação foi de R\$ 121.393 e gerou uma reversão na provisão para devedores duvidosos de R\$ 120.442. A transação não gerou lucros ou perdas no resultado do semestre além da reversão da provisão para devedores duvidosos mencionado anteriormente. Não foram efetuadas cessões de crédito no semestre findo em 30 de junho de 2017.

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2018	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.123.727	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	34.678	–
Direito sobre venda de câmbio	1.165.606	–
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(3.358)	–
Câmbio vendido a liquidar	–	1.233.735
Obrigações por compra de câmbio	–	989.815
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(797.025)
Circulante	<u>2.320.653</u>	<u>1.426.525</u>

Descrição	2017	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.428.566	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	47.460	–
Direito sobre venda de câmbio	498.993	–
Câmbio vendido a liquidar	–	496.230
Obrigações por compra de câmbio	–	1.399.573
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.399.573)
Circulante	<u>1.975.019</u>	<u>496.230</u>

(Em milhares de reais - R\$)

Em 2018 e 2017, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	2018
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.156.653
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	5.235
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(1.230.000)
Carteira de Câmbio	(68.112)
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	5.994
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	(62.118)

Descrição	2017
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	497.540
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	1.453
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(496.230)
Carteira de Câmbio	2.763
Outros Derivativos - Ajuste a mercado negativo	(160)
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	2.603

No semestre findo em 30 de junho de 2018, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 12.825 (R\$ 24.481 em 2017) e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 5.994 positivo (R\$ 160 negativo em 2017), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2018	2017
Créditos tributários (nota 16c)	49.395	71.387
Devedores por depósitos em garantia (nota 18a)	38.689	27.158
Títulos e créditos a receber (nota 7a)	2.991	-
Adiantamento e antecipações salariais	106	-
Outros	481	191
	<u>91.662</u>	<u>98.736</u>
Circulante	36.158	48.397
Longo prazo	55.504	50.339

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
				Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	13	13	-	-
Sistema de processamento de dados	20	166	166	-	2
Veículos	20	358	134	224	303
		<u>537</u>	<u>313</u>	<u>224</u>	<u>305</u>

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2018		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Sociedades ligadas	21	68.846	68.867
Indústria, comércio e serviços	157	-	157
Pessoas físicas	456	-	456
	<u>634</u>	<u>68.846</u>	<u>69.480</u>

Segmento de mercado	2017				
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Sociedades ligadas	4.608	8.967	90.131	14.498	118.204
Indústria, comércio e serviços	208	-	-	-	208
Pessoas físicas	1.561	-	-	-	1.561
	<u>6.377</u>	<u>8.967</u>	<u>90.131</u>	<u>14.498</u>	<u>119.973</u>

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Carteira própria	2018
	Até 90 dias
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.501

No semestre findo em 30 de junho de 2017 não havia posições de obrigações por operações compromissadas em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título Emitido	2018			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	40.508	66.382	1.252	108.142
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	26.609	8.444	51.527	86.580
	<u>67.117</u>	<u>74.826</u>	<u>52.779</u>	<u>194.722</u>

Título Emitido	2017			
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	—	141.002	141.002	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	27.181	97.349	124.530	
	<u>27.181</u>	<u>238.351</u>	<u>265.532</u>	

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 88,5% a.a. a 94% a.a. da variação do DI (87% a.a. a 90% a.a. em 2017).

Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 89,5% a.a. a 94% a.a. da variação do DI (87% a.a. a 91% a.a. em 2017).

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2018			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	273.852	346.271	344.674	964.797

Obrigações em moeda estrangeira	2017			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	417.085	509.357	547.556	1.473.998

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 2,70% a.a. a 10% a.a. (1,71% a.a. a 12% a.a. em 2017).

15. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2018			
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior	1.910	78.111	327.743	407.764

Obrigações em moeda estrangeira	2017			
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total	
Repasse do exterior	1.441	363.902	365.343	

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 3,10% a.a. a 3,14% a.a. (2,06% a.a. em 2017).

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2018	2017
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	251.703	62.343
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(113.267)	(28.054)
Impacto da redução da alíquota da CSLL s/a base do diferido nas operações com vencimento a partir de Janeiro/2019	4.223	(1.794)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, cujos créditos não foram constituídos		
Diferenças temporárias	4	—
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	1	1
Outros	17	16
Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre	<u>(109.022)</u>	<u>(29.831)</u>

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015 até dezembro de 2018, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/15.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	30/06/2018
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	649	19	(581)	87
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	—	10.493	(7.604)	2.889
Total	649	10.512	(8.185)	2.976

(c) Ativo fiscal diferido
• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	119.473	559.347	(641.941)	36.879
Operações de créditos em prejuízo	11.831	—	(10.092)	1.739
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores imobiliários	—	94	(64)	30
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	5.378	28.866	(29.565)	4.679
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.062	12.362	(12.356)	6.068
Total dos créditos registrados	142.744	600.669	(694.018)	49.395

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	18.896	13.684	32.580
Até 2 anos	1.351	811	2.162
Até 3 anos	778	466	1.244
Até 4 anos	765	459	1.224
Até 5 anos	3.827	2.296	6.123
Acima de 5 anos	3.368	2.694	6.062
Total	28.985	20.410	49.395

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 46.381 (R\$ 59.187 em 2017), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	9.385	24.135
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	2.976	1.468
Impostos e contribuições sobre salários	307	476
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	27	—
Outros	1.012	1.878
	13.707	27.957
Circulante	13.707	27.430
Longo prazo	—	527

(b) Diversas

Descrição	2018	2017
Provisão para contingências (nota 18a)	27.158	27.158
Despesas de pessoal	429	381
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 21)	120	396
Publicações	54	60
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	45	87
Outros	12	782
	27.818	28.864
Circulante	660	1.706
Longo prazo	27.158	27.158

(Em milhares de reais - R\$)

18. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos semestres de 2018 e de 2017

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2018	2017
Saldo da provisão no início do semestre	27.158	27.172
Reversão	-	(14)
Saldo da provisão no fim do semestre	27.158	27.158

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2018 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2017).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o processo em que o Banco questionava o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01 foi julgado com decisão favorável à União, sendo R\$ 12 depositado judicialmente destinado à quitação do processo e R\$ 2 destinado à Disponibilidade e R\$ 14 provisionado vertido para despesa do primeiro semestre de 2017. Em 30 de junho de 2018 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em 2017).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2018, as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2017).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2018	2017	2018	2017
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	14.768	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
	38.689	27.158	27.158	27.158

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 22.580 (R\$ 18.174 em 2017) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.285 (R\$ 13.843 em 2017). Houve depósito judicial no valor de R\$ 11.531 em dezembro de 2017.
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 8.238 (R\$ 4.273 em 2017).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 346.834.964 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 25.455 com emissão de 25.455.375 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2017.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(d) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, o Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:
Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Agro Ltda., Cargill Brasil Participações Ltda., Fundação Cargill, Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda., Casa & BSL Ltda., SJC Bioenergia S.A., TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda., TES - Terminal Exportador de Santos e Cargill Alimentos Ltda.

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A., Cargill Agro Ltda. e Cargill Alimentos Ltda.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc.

Operações a termo e swap: Cargill Agrícola S.A. e SJC Bioenergia S.A..

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A. e Cargill Participações Ltda.

Os valores apurados para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos à vista	(21)	(4.608)	-	-
Depósitos a prazo	(68.846)	(113.596)	(638)	(5.586)
Obrigações por empréstimos	(964.797)	(1.473.998)	(163.156)	(64.164)
Obrigações por repasses do exterior	(407.764)	(365.343)	(48.507)	(7.359)
Operações a termo e swap	(31.206)	(48.948)	(18.208)	1.497
Valores a pagar sociedades ligadas	(120)	(396)	(472)	(2.030)

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2018	2017
Rendas de financiamentos à exportação	92.687	59.534
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.685	74
Rendas de empréstimos	7.438	7.034
	<u>115.810</u>	<u>66.642</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2018	2017
Títulos de renda fixa	9.624	18.332
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.103	17.145
	<u>11.727</u>	<u>35.477</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2018	2017
Contratos de operações a termo	83.950	(35.046)
Contratos futuros	68.983	(8.904)
Outros derivativos	4.650	(1.509)
Contratos de opções	-	25.123
Swap	198	934
	<u>157.781</u>	<u>(19.402)</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2018	2017
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	8.669	2.869
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	4.353	19.039
Depósito a prazo - CDB	3.855	15.150
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	338	488
Operações compromissadas - Carteira própria	-	36
	<u>17.215</u>	<u>37.582</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2018	2017
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	163.156	64.164
Despesas com repasses do exterior	48.507	7.359
	<u>211.663</u>	<u>71.523</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
De 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais - R\$)

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2018	2017
Resultado com variação cambial	62.001	22.105
Resultado de operações de câmbio	30.323	46.037
Resultado com prêmios sobre interbancário	12.825	24.481
Outros	1.779	1.754
	<u>106.928</u>	<u>94.377</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2018	2017
Proventos	1.249	1.584
Encargos sociais	495	784
Benefícios	98	82
Outros	4	6
	<u>1.846</u>	<u>2.456</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Contribuições e doações	1.104	1.412
Serviços técnicos especializados	1.074	2.030
Processamento de dados	913	832
Serviços do sistema financeiro	623	645
Aluguel	77	132
Contribuição entidades de classe	75	74
Emolumentos judiciais e cartorários	74	25
Publicações	49	73
Contribuição sindical patronal	–	86
Viagens	30	35
Depreciações	37	35
Outros	55	103
	<u>4.111</u>	<u>5.482</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2018	2017
Contribuição à COFINS	2.863	5.681
Contribuição ao PIS	478	981
CIDE	266	1.222
ISS	133	611
Outros	46	64
	<u>3.786</u>	<u>8.559</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2018	2017
Reversão de provisões operacionais	32	–
Outros	11	25
	<u>43</u>	<u>25</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	74.504	–
Despesas de comissões	3.592	13.053
Descontos concedidos em operações de crédito	454	60
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	15	7
Outros	297	223
	<u>78.862</u>	<u>13.343</u>

22. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao risco de liquidez, que são periodicamente reavaliados, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill estará englobando o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	2018	2017
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.519.099	2.487.926
Patrimônio de Referência (PR)	528.139	472.961
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	147.493	233.745
Valor total da parcela RBAN	6.977	3.612
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	380.645	239.216
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	34,77%	19,01%
Índice de Basileia Amplo ((PR - RBAN * F) ÷ RWA)	33,12%	18,72%
Fator "F"	8,625%	9,25%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN no 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2018 é de 8,625% (9,25% em 2017). A Resolução ainda prevê a partir de 2016 reduções de 0,625% até 2019, quando o Fator "F" será de 8%.

(h) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

(Em milhares de reais - R\$)

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 3.575 (R\$ 79.709 em 2017) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Tratam-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 66 (R\$ 58 em 2017).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superavit do plano

	2018	2017
Plano de aposentadoria	1.432	1.992

(ii) Principais hipóteses atuariais

	2018	2017
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial		
Taxa de desconto nominal	10,09%	11,07%
Taxa de aumento nominal do salário	7,53%	7,89%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,40%	4,75%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	11,07%	13,04%
Taxa de aumento nominal do salário	7,89%	8,46%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,75%	5,30%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

(iii) Análise de sensibilidade

	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefícios definidos		
Taxa de desconto - 100 pontos percentuais	2.226	616
Taxa de desconto + 100 pontos percentuais	1.526	526
Taxa de redução de salário	1.708	554
Taxa de aumento de salário	1.968	581
Taxa de mortalidade futura - 1	1.851	570
Taxa de mortalidade futura + 1	1.809	562

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

A DIRETORIA

Marcelo Pongeluppi - Contador - CRC 1SP212314/O-4

Ao Acionista e aos Administradores do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauti

Contador - CRC 1SP206103/O-4



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br